



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Rua Monte Castelo, 131 - Boa Vista - Recife - PE
Tel.: 3301.1263 e 3301.1208

PROCESSO Nº 106/2014/SCG
PARECER Nº 47/2014-CL

Ementa: Administrativo. Valor inferior ao percentual da modalidade de Convite. Hipótese remete aos pressupostos constantes do inciso II do Art. 24 da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores.

I - RELATÓRIO

Trata-se de solicitação da Secretaria de Coordenação Geral, para contratação da empresa objetivando a locação de equipamentos para transmissão de votação eletrônica, solicitados pela Divisão de Informática.

Constam no processo:

- proposta de preços da empresa **VLADIMIR COELHO FERREIRA – ME (TOM PRODUÇÕES)**, no valor total de R\$ 1.600,00 (um mil e seiscientos reais) para execução dos serviços;

- proposta de preços da empresa **TELÕES RECIFE LOCAÇÕES DE EQUIPAMENTOS ÁUDIO VISUAIS LTDA. – ME**, no valor total de R\$ 1.850,00 (um mil oitocentos e cinquenta reais) para execução dos serviços;

- proposta de preços da empresa **TVM PROJEÇÕES LTDA.**, no valor total de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) para execução dos serviços.

Saliente-se que as propostas apresentadas incluem tanto a locação dos equipamentos necessários para realização dos serviços, como a mão de obra técnica especializada para apoio e suporte durante os serviços.



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Rua Monte Castelo, 131 - Boa Vista - Recife - PE
Tel.: 3301.1263 e 3301.1208

II – DA FUNDAMENTAÇÃO

A Administração Pública consagra como princípio geral para contratação de obras, serviços e compras, a realização de procedimento licitatório. Todavia, há situações em que recebe da Lei, autorização para abster-se da obrigação de licitar, se assim considerar conveniente ao interesse do serviço, sendo que essas situações constituem exceções ao dever geral constitucional de licitar.

Importa salientar que, comprovada a possibilidade de não proceder o certame licitatório, cumpre estar presente o pressuposto fático que fundamenta a decisão.

Com efeito determina o artigo 24, inciso II, do Estatuto das Licitações e Contratos Administrativos – Lei no. 8666/93 e alterações posteriores:

“Art. 24 – É dispensável a licitação:

II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea a, do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram as parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.”

Comentando sobre o assunto, o ilustre Mestre Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, ensina em sua obra “Contratação Direta sem Licitação”, 2ª edição, pág. 165, que:

“Nesse inciso, a Lei estabelece ser dispensável a licitação segundo uniforme doutrina, em razão do valor do objeto a ser contratado. O custo do procedimento para assegurar os valores jurídicos que determinam a licitação devem ser coordenados com os demais princípios do Direito, inclusive o princípio constitucional da economicidade que deve nortear os atos administrativos.

O reduzido valor do objeto a ser contratado colocaria em conflito o princípio da licitação e o da economicidade,



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Rua Monte Castelo, 131 - Boa Vista - Recife - PE
Tel.: 3301.1263 e 3301.1208

ensejando um gasto superior à vantagem direta aferível pela Administração, decidindo o legislador, à vista do interesse público pela prevalência do segundo.”

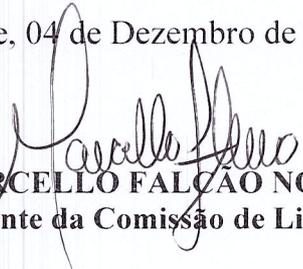
À luz de tais considerações, configura-se dispensabilidade de licitação pelo valor abaixo do limite previsto no inciso I, alínea “a” do art. 23 do citado diploma legal.

III – CONCLUSÃO

Ex positis, esta Comissão de Licitação opina pela contratação direta da empresa **VLADIMIR COELHO FERREIRA – ME (TOM PRODUÇÕES)**, pelo valor total de R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais) para execução dos serviços de locação de equipamentos para transmissão da votação eletrônica para esta Câmara Municipal do Recife, com fundamento no artigo 24, inciso II da Lei no. 8666/93 e alterações posteriores.

É o parecer.

Recife, 04 de Dezembro de 2014.


MARCELLO FALCÃO NOVO
Presidente da Comissão de Licitação


Daniel Vieira de Melo
Membro


Débora Gurgel Marques
Membro